

PAPEL DA AGROECOLOGIA FRENTE A CRISE ALIMENTAR MUNDIAL: OLHARES SOBRE AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES (AM), BRASIL

Agroecology forward the global food crisis: perspectives on the agro-ecological practices in the Greater Region of Alto Solimões (Amazonas), Brazil

Papel de la agroecología frente a la crisis alimentaria mundial: perspectivas sobre las prácticas agroecológicas en la Gran Región del Alto Solimões (Amazonas), Brasil

José Aparecido Lima Douradoⁱ
Universidade do Estado do Amazonas - Brasil

RESUMO

A crise alimentar e a alta nos preços dos alimentos verificadas atualmente no mundo, e com fortes indicativos no Brasil, colocam elementos para se pensar a realidade do campo brasileiro, principalmente da agricultura camponesa, visto que esta embora seja responsável por aproximadamente 80% da produção de alimentos consumidos pela população brasileira fica com a menor parcela dos financiamentos feitos pelo governo, que direciona os recursos para o agronegócio voltado para atender às demandas do mercado externo. Nesse sentido, propomos refletir sobre a produção de alimentos na região do Alto Solimões (AM), Brasil, enfatizando a importância da agroecologia enquanto alternativa para o modelo de desenvolvimento agrário-agrícola adotado pelo Brasil. Com estas reflexões esperamos contribuir para o debate sobre a necessidade de colocar na pauta de discussão assuntos como soberania alimentar, Reforma Agrária e justiça social no campo, visto que estes são assuntos não são abordados com a devida importância pelas políticas públicas.

Palavras-chave: agroecologia; crise alimentar; Reforma Agrária; soberania alimentar; políticas públicas.

ABSTRACT

The food crisis and high food prices recorded in the world today, and with strong indications in Brazil, put elements to think about the reality of the Brazilian countryside, mainly of peasant agriculture, as this despite being responsible for approximately 80% of production food consumed by the Brazilian population gets the smallest share of financing made by the government, which directs resources to the facing agribusiness meet the demands of foreign markets. Accordingly, we propose to reflect on the food production in the region Alto Solimões (AM), Brazil, emphasizing the importance of agroecology as an alternative model for agricultural development, agricultural adopted by Brazil. With these thoughts we hope to contribute to the debate on the need to put in the agenda issues such as food sovereignty, agrarian reform and social justice in the field, since these issues are not addressed with due consideration for public policy.

Keywords: agroecology; food crisis; Agrarian Reform; food sovereignty; public policy.

RESUMEN

La crisis alimentaria y los altos precios de los alimentos en el mundo están actualmente controladas, y fuertes indicios de Brasil, ponen elementos de la realidad del campo brasileño, sobre todo de la agricultura campesina, ya que esta forma de pensar a pesar de ser responsable de aproximadamente el 80 % de la producción alimentos consumidos por la población brasileña es más pequeña con parte de los fondos por parte del gobierno que dirige recursos a la agroindustria orientada a satisfacer las demandas del mercado externo. En este sentido, se propone reflexionar sobre la producción de alimentos en el Alto Solimões (Amazonas), región de Brasil, haciendo hincapié en la importancia de la agroecología como una alternativa al modelo de desarrollo agrario y agrícola adoptado por Brasil. Con estos pensamientos esperamos contribuir al debate sobre la necesidad de poner en la agenda de temas como la soberanía alimentaria, la reforma agraria y la justicia social en el campo, ya que estos son temas que no se tratan con la debida importancia por las políticas públicas.

Palabras-clave: agroecología; crisis alimentaria; Reforma Agraria; soberanía alimentaria; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A realidade do campo brasileiro coloca como desafio para aqueles que se propõem a pensá-lo, a necessidade de fomentar a discussão sobre as políticas territoriais implementadas

pelo Estado e seus desdobramentos no que se referem à agricultura de pequena escala, visto que esta comparece de forma marginal no planejamento territorial, cujo projeto desenvolvimentista está focado em criar e

favorecer arranjos territoriais para a reprodução do grande capital. As assimetrias produzidas por tal modelo desenvolvimentista são tão diversas como são suas interpretações, dependendo do projeto teórico-político de quem o analisa. De fato essa dualidade fica expressa, por exemplo, em termos como “campesinato” e “agricultor familiar”, representando também componentes do debate que perpassa a luta de classes e a disputa por modelos de desenvolvimento para o campo. Aqui não nos ocuparemos desse debate, por entender que a seara metodológica e conceitual que o envolve não cabe neste texto, visto que nosso propósito é refletir sobre qual o papel da agroecologia no contexto da crise alimentar mundial, tendo como lugar de aporte as experiências que vêm sendo implementadas em assentamentos na Mesorregião do Alto Solimões, região oeste do estado do Amazonas, Brasil.

As imersões feitas em assentamentos do Alto Solimões tem sido possíveis em função da nossa participação como orientador de Projetos de Pesquisa de Conclusão de Curso de graduandos do curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudos Superiores de Tabatinga. A implementação destes projetos tem proporcionado momentos de debates e reflexões, tanto no que se referem aos aspectos teórico-conceituais quanto metodológicos envolvendo a Geografia Agrária. Os resultados e debates que ora apresentamos são frutos de levantamento bibliográfico, imersões a campo e coleta de dados secundários em sites oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística). Como amostragem para a coleta de dados e visitas de campo, escolhemos as comunidades Floresta Tropical e Novo Horizonte, ambas localizadas em assentamentos no município de Tabatinga (AM).

Somados os profícuos debates com as ações em campo, percebe-se que a Agroecologia pode e deve ser considerada como um instrumento de enfrentamento ao expansionismo do capital no campo, ao modelo agroexportador-monocultor e à apropriação da renda da terra pelo capital. Trata-se de um novo paradigma agroalimentar que representa um esforço no sentido de promover a transição entre o modelo convencional de produção agrícola baseada no “pacote verde” para a adoção de práticas que valorizem a sociodiversidade, os *saberes-fazer*s, sendo caracterizadas pela ausência de agroquímicos. Esses aspectos por si só já justificariam a defesa da Agroecologia como um modelo a ser disseminado, porém, há outros, tão importantes quanto, dos quais mencionamos a maneira de se relacionar com a natureza, a valorização dos saberes tradicionais locais e a manutenção da soberania sobre os meios de produção.

OLHARES SOBRE A REALIDADE DO CAMPO BRASILEIRO: EXPROPRIAÇÃO, DISPUTAS E RESISTÊNCIAS

Os pactos de classes, o aparato estatal, a mídia, os conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros têm atuado, tanto na esfera política quanto ideológica, no sentido de desqualificar a agricultura de pequena escala, propagando o discurso de que esta é incapaz de

gerar renda para aqueles que nela trabalham. Fundamentado nesta argumentação, faz-se necessário substituir a agricultura camponesa por um modelo pautado na produção em larga escala, ou seja, a agricultura industrial/patronal. Para Tomiasi (2010, p. 107) “esse entendimento é convergente à distorção necessária para manter intocada a grande propriedade, que segue privilegiada pelas políticas públicas, sem a devida resposta em termos de ocupação produtiva da terra e da força de trabalho disponível”.

Passados 50 anos da Revolução Verde, a fome ainda é um espectro que assombra e assola milhões de pessoas em todo o planeta, fenômeno que pode vir a agravar-se com a crise alimentar mundial num contexto de superprodução de *commodities*. Isso revela quão contraditório é o modelo de desenvolvimento baseado no pacote tecnológico adotado e disseminado para o campo, pois a este é creditado a responsabilidade de prover a humanidade de alimentos, suprindo assim sua demanda. O que vem ocorrendo é uma crescente alta nos preços dos produtos, puxados pelo processo de financeirização da produção de *commodities* que acaba influenciando na oscilação dos preços dos alimentos (GRÁFICO 1). Os desdobramentos desse fenômeno são amplos e variados, não podendo ser compreendidos fora do contexto da esfera governamental que formula e executa a política agrário-agrícola nos mais distantes rincões do planeta, visto que a atuação do grande capital ocorre tendo, em sua maioria, respaldo do Estado que procura viabilizar as condições

necessárias para a sua reprodução através da criação de infraestrutura e da oferta de subsídios e/ou financiamentos.



Gráfico 1- Oscilação dos preços das principais *commodities* agrícolas desde a década de 1990
Fonte: FAO, 2011.

Cabe ressaltar que a produção de *commodities* agrícolas vem se concentrando em regiões com grande disponibilidade hídrica, como é o caso da América Latina. Esse é um fenômeno que merece uma reflexão aprofundada, pois a territorialização do grande capital revela a sanha deste pelo acesso e controle não apenas de terra, mas também dos mananciais hídricos. Com uma “vocação” fortemente agroexportadora, o Brasil ainda continua com a perspectiva quinhentista, em que os setores que mais recebem apoio governamental são justamente aqueles que estão voltados para os setores da atividade agrícola direcionados para atender as demandas internacionais. Isso revela que projeto de desenvolvimento está posto para o país e quem são os maiores seus beneficiados, pois os atores hegemônicos nesse contexto se configuram a partir da associação entre uma elite nacional e

os conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros. A Internacionalização da agricultura brasileira e sua monopolização pelo capital nada mais são que expressões da face perversa hegemônica, cuja máxima é a transformação dos alimentos em mercadoria, privilegiando assim, a sua comercialização.

Para atender às demandas do mercado internacional há o avanço da produção de *commodities* sobre terras públicas e áreas, até então, destinadas à produção de alimentos. O avanço da agricultura patronal sobre a agricultura camponesa coloca em evidência uma série de problemas como a expropriação da terra, a concentração fundiária e, conseqüentemente, de riquezas, a precarização das relações de trabalho e a apropriação da renda da terra pelo capital. Além dos aspectos mencionados, há que se considerar como essa agricultura patronal tem como um de seus pilares de sustentação a intensificação da utilização de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos), cujos desdobramentos extrapolam as “cercas” do latifúndio monocultor, afetando diretamente camponeses e trabalhadores da terra, em função da intoxicação direta e indireta. Embora haja todo um *lobby* acerca da construção do discurso “sustentável” utilizado para dar aporte político-ideológico à expansão do *agrohidronegócio* (MENDONÇA e MESQUITA, 2007; THOMAZ JUNIOR, 2010, DOURADO, 2011), este é, em sua gênese, socialmente excludente e predador de culturas e saberes desenvolvidos e acumulados ao longo dos tempos, além de possuidor um elevado poder destrutivo em relação à natureza.

Entramos o século XXI como um dos maiores produtores mundiais de *commodities* com destaque para a soja, eucalipto e cana-de-açúcar, lavouras estas em franca expansão pelo território nacional, ocupando grandes extensões de terras. A prosperidade tão propalada destes setores do *agrohidronegócio* escamoteia uma realidade marcada por contradições que esse fenômeno traz em seu bojo. Baseado no modelo monocultor, trabalho mecanizado, consumo excessivo de água e agrotóxicos, o agronegócio tem-se constituído um fomentador da “injustiça sócio-sanitária-ambiental”.

Ao agronegócio é atribuída a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do país, visto que segundo o discurso midiático este é um dos setores que alavanca a geração de emprego e renda tanto no campo quanto na cidade. Todavia, esse é um panorama que merece ser profundamente analisado, pois o que de fato se verifica é que com a intensa mecanização do processo agrícola, camponeses e trabalhadores da terra acabam por migrarem para as periferias urbanas em busca de emprego. Na verdade, é a agricultura camponesa que mais assimila a população do campo. A agricultura familiar camponesa representa 38% da produção agropecuária brasileira e 10% do PIB nacional e, apesar de ocupar 24% da área plantada, emprega 74% da mão de obra do setor. Em todo o País, as pequenas propriedades garantem o sustento de 4,36 milhões de famílias (DINHEIRO RURAL, 2011).

O modelo de desenvolvimento adotado para o Brasil revela quem são os seus beneficiados,

pois não há como pensá-lo sem fazer referência à propriedade da terra que é em sua gênese notoriamente concentrada. Outro elemento norteador das análises é a própria função social da terra, sendo a ela conferida a função de promover a reprodução social, mediante o fornecimento de alimentos bem como permitindo que as práticas sociais camponesas possam ser reproduzidas. Esses aspectos trazem em seu cerne um forte componente da luta de classes, expresso através das disputas entre modelos de desenvolvimento diferenciados (campesinato *versus* agronegócio), a partir do forte embate imposto pelos movimentos sociais ao latifúndio (produtivo e improdutivo) na luta pela reforma agrária. Deste modo, pensar o debate sobre soberania alimentar, reforma agrária, a reprodução do campesinato e agroecologia exige um esforço teórico-político no sentido de avaliar a conjuntura atual e cartografar os pontos de tensão e as fissuras, e a partir deles, fomentar ações que possam representar o avanço do enfrentamento dos camponeses e trabalhadores da terra à subjugação a eles imposta pelo grande capital.

No Brasil, a cadeia agro-industrial-florestal (o agronegócio) é a responsável pelo uso abusivo de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas e inseticidas), sendo a agricultura moderna a responsável por impactos negativos à saúde e ao ambiente, impactos esses para além das próprias lavouras e/ou domínios da grande propriedade, já que uma significativa parcela dos agrotóxicos acaba evaporando ou atingindo o solo, acentuando ainda mais seus efeitos danosos. Deve-se enfatizar que as práticas

agroecológicas têm custos menores de produção que o agronegócio em função da ausência do uso de agrotóxicos e insumos. Acresce a isto, o fato dos agricultores não ficarem expostos a contaminações por não manusearem produtos perigosos, estando livres de intoxicação e contaminação como a verificada em Lucas de Rio Verde, no estado do Mato Grosso, onde foi constatada a contaminação do leite materno em função do elevado consumo de agrotóxicos, inclusive com a pulverização aérea (PALMAS, 2011). Repensar os (des)caminhos trilhados pela agricultura moderna no Brasil é uma necessidade urgente rumo à desmistificação da ideia de que o agronegócio é a atividade que “dá certo”, é o responsável por gerar “riqueza e modernidade” para o campo. Ao contrário do que é alardeado pelo discurso governamental e midiático, o agronegócio é justamente a atividade que arrasa o solo, contamina os mananciais hídricos, causa intoxicações humanas agudas e crônicas, gerando, “um processo de insustentabilidade tanto ambiental, como social” (PIGNATI, et al., 2012, p. 60).

Os agravos para a saúde dos camponeses e para o ambiente já seriam suficientes para justificar a necessidade de fortalecer as práticas camponesas centradas no trabalho na terra utilizando os *saberes-fazer*s repassados por seus antepassados. Essas práticas caracterizadas por uma relação ambiental e socialmente menos predatórias têm sido reformuladas, revisitadas no decorrer do tempo, transformando-se em barreiras políticas e ideológicas à entrada e/ou expansão do uso de agrotóxicos nas lavouras praticadas na Mesorregião do Alto Solimões.

Logo, o desafio é fortalecer as ações/práticas desenvolvidas pelos camponeses, de modo que a autonomia tanto em relação ao trabalho quanto à produção continue sendo uma marca do campesinato amazônico, cuja característica central é a produção de alimentos fundamentada em princípios agroecológicos.

AGROECOLOGIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO: NOTAS PARA O DEBATE

A Amazônia vem passando por intensas transformações nas últimas décadas em função de uma política modernizadora que simplesmente desconsidera culturas milenares, arrasa recursos hídricos, expropria camponeses (indígenas e não indígenas), ribeirinhos e gera a violência, ceifando em muitos casos a vida daqueles que se colocam contrários a este modelo de desenvolvimento que socializa os danos e concentra os benefícios. Criação de gado, a construção de hidrelétricas, a mineração e a extração de madeira são apenas algumas das vertentes deste desenvolvimento que geram, de um lado a bonança e do outro a morte (literal e simbolicamente), pelo fato da base produtiva estar atrelada aos interesses do grande capital. O avanço do grande capital sobre a Amazônia vai transformando a natureza em mercadoria, cuja lógica estruturante vai denunciando seus interesses, ao passo que deixa um rastro de destruição socioambiental sem precedentes.

Pensar a questão agrária no Brasil e, especialmente na Amazônia, nos remete ao conflito, às disputas territoriais e aos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) de camponeses (indígenas e não indígenas), ribeirinhos, extrativistas e

trabalhadores da terra, em função da reprodução ampliada do capital no campo. Esses processos têm sido potencializados pela expansão dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, fenômeno esse que nos oferece elementos para uma análise da conjuntura atual do campo brasileiro, haja vista que o *agrohidronegócio*, ao expandir por territórios camponeses, acaba por fomentar os conflitos por terra e água, eleva os preços dos alimentos e coloca em risco a reprodução das famílias camponesas que não conseguem mais retirar seu sustento da terra. Como nota-se na atual conjuntura política e econômica, a expansão do grande capital na Amazônia brasileira não tem enfrentado obstáculos, principalmente porque há por parte do Estado o interesse em fomentar esse processo e, por outro, porque aqueles que protagonizam a resistência, a faz de forma desigual devido ao grande poder dos grupos econômicos envolvidos na “saga desbravadora” da floresta.

As mudanças estruturais verificadas nas últimas décadas na sociedade do capital, a expansão do capital agroindustrial (conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros) em sua busca frenética pelo controle das terras agricultáveis e dos mananciais hídricos, bem como as ações de luta e resistência pela/na terra impostas por diferentes sujeitos revelam as fissuras do sistema sociometabólico do capital, irreformável em sua essência, levando-nos a pensar que uma outra sociedade é possível. É por dentro das fissuras do capital que acreditamos ser possível propor reflexões encimadas e potencializadas em experiências e

práticas agroecológicas que valorizem os *saberes-fazeres* camponeses, a partir de modelos de produção ambientalmente sustentáveis, mediante a superação do modelo essencialmente químico para um modelo ecológico. Com ações desta natureza esperamos contribuir para ampliar o debate acerca dos prejuízos causados pela agricultura modernizada de caráter monocultor, centrada na degradação crescente da sócio-biodiversidade, na expropriação do campesinato e na concentração fundiária, abrindo cada vez mais espaço para a consolidação das práticas agroecológicas.

Fomentar o debate sobre o tema Agroecologia na conjuntura atual vivenciada pela Amazônia é propício e necessário porque representa a oportunidade estabelecer um diálogo qualificado, no sentido de desmistificar o *lobby* dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros que procuram sustentar discursos falaciosos através do *marketing* midiático, introduzindo mudanças culturais, alienando o modo de vida das populações e criando novas necessidades, ao passo que suplantam práticas socioculturais seculares, em sua essência, constituídas por saberes fundamentados em ações sustentáveis, como o modelo agroecológico praticado pelos camponeses do Alto Solimões.

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NOS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE TABATINGA (AM): PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, GERAÇÃO DE RENDA E TRADIÇÃO CULTURAL

Uma observação desprovida de certos pré-conceitos em relação aos assentamentos do Alto Solimões (AM) permite descobrir importantes elementos para analisar e caracterizar a produção camponesa (indígena e não indígena), os desafios enfrentados pelos camponeses amazônidas, bem como as estratégias utilizadas por estes sujeitos para permanecerem na *terra de trabalho*, e dela, retirarem o sustento da família. Embora resguardadas as devidas particularidades, que não são poucas, pode-se afirmar que os problemas verificados no campo, nessa fração do território brasileiro, não destoam da realidade vivenciada nas demais regiões do país. Falta de apoio por parte das Políticas Públicas, inoperância dos órgãos responsáveis por dar suporte técnico e organizacional às famílias assentadas (o INCRA é um desses exemplos), ausência de infraestrutura para escoamento da produção e falta de organização entre os agricultores são apenas alguns exemplos da longa lista de obstáculos experienciados cotidianamente por aqueles que vivem no/do campo.

Caracterizada pela policultura praticada em pequenas áreas, a agricultura no município de Tabatinga revela toda a complexidade e dinâmica do campesinato amazônico, e sua relação com o rio, em função das lavouras cultivadas nas áreas de vazantes dos rios, aproveitando assim as faixas de terras mais férteis para o cultivo de espécies de ciclo curto. Estas têm demonstrado viabilidade econômica e ambiental, contribuindo para a reprodução do modo de vida camponês, além de colocar em xeque a ideia equivocada de que a agricultura

na Amazônia não possui importância para a economia regional. A agricultura camponesa do Alto Solimões representa, entre outras coisas, a possibilidade de produção de alimentos, geração de emprego, além de possibilitar a reprodução de um modo de vida possuidor dos mais diferenciados matizes, pois esta é praticada por sujeitos heterogêneos (indígenas, caboclos, pescadores, etc.). Entender as tramas socioculturais que envolvem o trabalho desses homens e mulheres com/na terra exige levar em consideração sua historicidade, mitos e lendas, visto que todos esses elementos influenciam diretamente no *modus vivendi* do camponês-ribeirinho do camponês de terra firme, bem como suas territorialidades.

Contrariando os discursos inflados que propagam a ineficiência da agricultura praticada pelos camponeses amazônicos, a visita assentamentos do Alto Solimões, no município de Tabatinga (AM) tem demonstrado sua importância, diversidade e capacidade de produção. As práticas agrícolas desenvolvidas pelos camponeses esses assentados, em sua maioria, estão livres do uso de agrotóxicos, fato merecedor de atenção por parte dos órgãos do Estado e da própria sociedade civil, pois significa que os alimentos produzidos nessa região e comercializados nas feiras livres das cidades estão livres de contaminação com agrotóxicos. Durante o trabalho de campo foi possível observar a introdução do uso de agrotóxicos em algumas comunidades, muito

embora esse seja um fenômeno pouco expressivo, todavia merecedor de atenção especial porque representa uma mudança de comportamento por parte do camponês, buscando como alternativa para a falta de mão de obra o uso de herbicida para a eliminação das ervas do local a ser cultivadas as lavouras. As lavouras de milho, banana, mandioca, abacaxi, pupunha, cupuaçu, feijão abastecem as feiras livres das cidades da região do Alto Solimões, oferecendo alimentos frescos e com preços acessíveis para a população local (Ver fotos 1, 2, 3 e 4). Essas, entre tantas outras práticas dos camponeses, são exemplos de uma produção baseada nos princípios da agroecologia. Ressalta-se que o abastecimento da casa provém em sua maioria da própria lavoura, pois através da mandioca faz-se farinha (Fotos 5 e 6), a tapioca, sendo comercializadas também nas feiras livres regionais. Geralmente o processo de produção da farinha e da tapioca envolve os membros da família, e em algumas situações, faz-se mutirão entre os membros da comunidade mais próximos. Essa é uma prática ainda muito presente entre os camponeses do Alto Solimões, fato que revela a permanência de relações não capitalistas de produção no seio da sociedade capitalista. A produção de frutas como cupuaçu, abacaxi, melancia e açaí são expressivas nos assentamentos contribuindo para a dieta alimentar da família, além de serem comercializados na cidade.



FOTO 1 - Lavoura de milho - Comunidade Floresta Tropical (Tabatinga, AM).
Fotografado por Enildo de Deus Penha, em outubro/2012.



FOTO 2 - Lavoura de abacaxi - Comunidade Floresta Tropical (Tabatinga, AM).
Fotografado por Enildo de Deus Penha, em outubro/2012.



FOTO 3 - Camponesa preparando as mudas para o plantio da banana - Comunidade Floresta Tropical (Tabatinga, AM).
Fotografado por Enildo de Deus Penha, em outubro/2012.



FOTO 4 - Camponês durante a colheita da mandioca - Comunidade Floresta Tropical (Tabatinga, AM).
Fotografado por Enildo de Deus Penha, em outubro/2012.



FOTO 5 - Camponês cessando a farinha - Comunidade Floresta Tropical (Tabatinga, AM).
Fotografado por Enildo de Deus Penha, em outubro/2012.



FOTO 6 - Camponês cessando a farinha - Comunidade Floresta Tropical (Tabatinga, AM).
Fotografado por Enildo de Deus Penha, em outubro/2012.

Nesse sentido, há que se compreender a importância e o significado da agricultura e dos camponeses para a sociedade atual, pois estes sujeitos estão inseridos num conflituoso campo de embate e debate político-ideológico. Pensar estes sujeitos e seu modo de vida coloca o desafio e a necessidade de abordar disputas que vão deste o plano político até a luta pela terra e pelo território, este último enquanto elemento importante para a sua própria existência. As estratégias utilizadas pelos camponeses do Alto Solimões para re-existirem e reproduzirem enquanto sujeitos sociais trazem à tona a constante busca destes pela valorização de sua identidade territorial, muitas vezes, expressa por suas práticas socioculturais. Não basta apenas a terra; é preciso que os camponeses tenham as condições adequadas para poderem produzir, escoar e comercializar o excedente fruto do trabalho familiar, pois este é condição *sine qua non* para a sua permanência em um universo repleto de contradições que persistem em negar a existência do agricultor enquanto camponês. A modernização do campo, em sua essência, perversa e concentracionista, considera o camponês como um sujeito residual, em vias de extinção. Todavia, as pesquisas realizadas nas comunidades dos assentamentos rurais em Tabatinga (AM) têm demonstrado que o campesinato se reproduz com vivacidade no seio do capitalismo, através da luta cotidiana pela manutenção da família, do trabalho e da diversidade cultural. A agroecologia se insere nessa discussão como um elemento de enfrentamento ao discurso hegemônico, cujas análises vêm acenando para a uniformidade do

campo a partir da sua modernização, baseada na mecanização, na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa breve incursão sobre o campesinato do Alto Solimões, algumas considerações devem ser feitas no sentido de ressaltar a importância do papel da agricultura camponesa para a economia regional, haja vista a variedade de produtos encontrados nas feiras livres em locais advindos da agricultura praticada pelos assentados nos assentamentos PA e PDS. Utilizando de conhecimentos repassados de geração para geração, os camponeses trabalham a/na terra, tendo como princípios norteadores de sua ação a manutenção da própria família, sem explorar intensamente os recursos naturais (solo, água, madeira, etc.). Esse modo de vida ultrapassa a velha e surrada compreensão unilateral proposta pela modernização do campo sobre a inexorável desintegração do campesinato.

As visitas às comunidades dos assentamentos do Alto Solimões têm permitido fazer outras projeções sobre o campesinato amazônico que se revela dinâmico e vivaz, mesmo enfrentando grandes obstáculos como a falta de infraestrutura, de Políticas Públicas de acesso ao crédito, e em função do próprio tamanho da área disponível para o cultivo. As práticas agroecológicas desenvolvidas nos assentamentos são apenas algumas das questões que merecem destaque nesse universo conflituoso que envolve o campo brasileiro e, aqui, especificamente a Geografia Agrária, pois representam um componente político

consistente de enfrentamento ao modelo hegemônico colocado como único para o campo. Ao considerar essas práticas agroecológicas como fundamentais para a sociedade atual, como contraponto à produção de alimentos à base do uso intensivo de agrotóxicos, novos horizontes se abrem para o campesinato brasileiro como um todo e, mais particularmente, do Alto Solimões, pois estes saem da condição de espúria social neste limiar de século XXI para protagonizarem um verdadeiro embate contra o agronegócio, as transnacionais do setor de insumos químicos (leia-se agrotóxicos) e o próprio Estado.

A complexidade que envolve o camponês amazônida - se ribeirinho, se de várzea - fica expressa através de sua relação com a terra, com a floresta e com o rio, relação essa repleta de mitos e fantasias, mas ao mesmo tempo recheada de desafios, obstáculos e contradições. As práticas agroecológicas verificadas nos assentamentos Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e no Projeto de Assentamento (PA) em Tabatinga (AM) demonstram que os camponeses têm enfrentado as condições adversas, refutando as teorias desintegradoras e seus formuladores. Ao que nos parece, a produção baseada nos princípios da Agroecologia representa uma possibilidade de resistência no processo de reprodução do campesinato, com desdobramentos positivos para toda a sociedade que tem acesso a alimentos produzidos de forma saudável. As reflexões que ora apresentamos representam um esforço inicial na busca pela compreensão do complexo e emaranhado debate sobre a

realidade do campo brasileiro, cujas contradições revelam a necessidade do enfrentamento político como forma de contraposição aos senhores da terra e contra o discurso hegemônico que intenta subjugar a agricultura camponesa, tornando-a como inviável no contexto atual. Ante ao exposto, as práticas agroecológicas verificadas na comunidade de Floresta Tropical e na comunidade Novo Horizonte, demonstram a necessidade de aprofundamento das pesquisas nessas comunidades para compreender as estratégias utilizadas pelos camponeses para permanecerem na *terra de trabalho*.

NOTAS

ⁱ Geógrafo; Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp, campus de Presidente Prudente); Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Estudos Agrários, Território e Trabalho (NUPEATT).

E-mail: josephdourado@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS

PALMA, Danielly Cristina de Andrade. *Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde - MT*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Cuiabá, 2011.

PIGNATTI, W. et al. O agronegócio, o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no ambiente nos municípios do “interior” do Brasil.

In: CANUTO, A. (Org.). *Conflitos do campo Brasil*
2011. Goiânia: CPT Nacional, 2012.

Dinheiro Rural. Disponível em:
<<http://revistadinheiorural.terra.com.br/edicao/75>>. Acesso em 20/05/2012.

DOURADO, J. A. L. Expansão do
agrohidronegócio no Semi-árido nordestino e os
conflitos por terra e água: revisitando a questão
campo-cidade. In: Raquel Santos Sant'ana;
Onilda Alves do Carmo; Edvânia Ângela de S.
Lourenço. (Org.). *Questão Agrária e Saúde dos
Trabalhadores: desafios para o século XXI*.
Franca: Franca, 2011. p. 115-126

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. de. *O
agro-hidro-negócios no Cerrado goiano: a construção
das (re)existências*. Disponível em:
<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/t24a.pdf>>.
Acesso em 10/05/2012.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no
centro das disputas territoriais e de classe no
Brasil do século XXI. *Campo-Território*, v. 5, n. 10,
p. 92-122, 2010.

PAULINO, E. T. Estrutura fundiária e dinâmica
socioterritorial no campo brasileiro. *Revista
Mercator*, v. 10, n. 23, p. 111-128, 2011.